

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS

INFORMATIONAL SUSTAINABILITY OF BRAZILIAN PUBLIC ARCHIVES

Luana Lobo dos Santos – Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Arquivos/ Arquivo Nacional (SE-Conarq/AN)

Marli Dias de Souza Pinto – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: analisar as ações e práticas dos arquivos públicos brasileiros sobre a sustentabilidade informacional na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. De cunho aplicado, exploratório, abordagem qualitativa, e bibliográfica e documental como procedimentos de pesquisa por fontes de acesso aberto e online dispostas nos portais institucionais, este estudo identifica os seguintes resultados e impactos: melhorias significativas na relação entre o governo, sociedade e meio ambiente por um governo mais transparente e uma sociedade mais inclusiva e empoderada culturalmente; a necessidade de engajamento dos arquivos para visibilidade do potencial da sustentabilidade informacional promovida no processo de implementação da Agenda 2030. Compreende-se assim os arquivos e os documentos como agentes ativos para um futuro transparente, inclusivo, sustentável e nas mudanças climáticas.

Palavras-chave: arquivos públicos brasileiros; sustentabilidade informacional; acesso à informação.

Abstract: to analyze the actions and practices of Brazilian public archives regarding informational sustainability in the implementation of the Sustainable Development Goals of the UN 2030 Agenda. Of an applied, exploratory nature and qualitative approach, and as a bibliographic and documentary research procedure by open access and online sources available in institutional portals, this study identifies the following results and impacts: significant improvements in the relationship between government, society and the environment for a more transparent government and a more inclusive and culturally empowered society; the need for archival engagement for visibility of the potential of the informational sustainability promoted in the process of implementing the 2030 Agenda. Thus, archives and documents are understood as active agents for a transparent, inclusive, sustainable future and climate changes.

Keywords: Brazilian public archives; informational sustainability; access to information.

1 INTRODUÇÃO

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O presente artigo apresenta um resultado da dissertação Arquivos Públicos Brasileiros e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas: Proposta de Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC) na Linha de pesquisa de Gestão da Informação e do Conhecimento, especificamente, no Grupo de Pesquisa em Gestão e Sustentabilidade na Ciência da Informação (GPSCIn) coordenado pela orientadora da dissertação, a Profa.^a Dra.^a Marli Dias de Souza Pinto (Santos, 2022).

Desde 1972, a partir da Conferência de Estocolmo na Suécia, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a informação como princípio indispensável para noção da extensão e intensidade dos problemas globais ambientais.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como RIO-92, reafirmou-se o caráter estratégico da informação em termos ecológicos, políticos e comerciais adotado na Conferência de Estocolmo, abordando no Capítulo 40 da Agenda 21 Global, as questões sociais relacionadas a qualidade, coerência, padronização e acessibilidade dos dados entre o mundo desenvolvido e o em desenvolvimento (ONU BRASIL, 1992).

Diante das questões de desigualdade e regulamentação da produção e uso informacional com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais rápido e imediatista, a agência especializada da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) implantou em 2001, o *Information for All Programme* (IFAP) alinhado aos princípios do programa *Memory of the World* (MoW), no qual reconhece as bibliotecas, museus e as instituições arquivísticas essenciais para garantir a preservação do patrimônio cultural e memória, bem como o acesso universal à informação pelas gerações futuras (UNESCO, 2002a, 2017)

Os autores Geraldo e Pinto (2022) a partir do entendimento da informação como recurso social, seu acesso, uso e disseminação, defendem a inserção da temática dos ODS da ONU na Ciência da Informação, acrescentando a sustentabilidade informacional, a fim de sensibilizar, conscientizar e suprir necessidades organizacionais e informacionais em busca de uma sociedade mais sustentável, conforme presume a Agenda 2030 que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas dimensões ambiental, social e econômica.

Neste sentido, os arquivos devem promover a sustentabilidade informacional, isto é, desenvolver recursos informacionais e tecnologias da informação sustentáveis que facilitam o engajamento e a conscientização da comunidade arquivística, no intuito de fortalecer o

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

processo de transformação de uma sociedade sustentável, suprimindo as necessidades informacionais e culturais.

A problematização do assunto, justifica-se pela necessidade de os arquivos públicos brasileiros, enquanto instituições responsáveis pela gestão, preservação e acesso aos documentos gerados pela administração pública e equipamentos culturais, se reconhecerem na governança do desenvolvimento sustentável e servirem assim, como referência e rede de apoio na construção de ações e práticas mais sustentáveis adequadas aos arquivos.

Deste modo, busca responder a seguinte questão: como os arquivos públicos brasileiros promovem ações de sustentabilidade informacional em consonância com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030?

Tendo em vista a escassez de estudos e práticas no cenário arquivístico brasileiro acerca dessa temática, esta pesquisa objetiva analisar as ações e práticas dos arquivos públicos brasileiros sobre a sustentabilidade informacional na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Quanto aos aspectos metodológicos de acordo com os objetivos, caracteriza-se como exploratória descritiva, pois “envolve verdades e interesses locais” e o “delineamento ou a análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave”, no intuito de reunir dados, informações e padrões acerca das iniciativas alinhadas aos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU direcionadas ao universo dos arquivos públicos brasileiros, com recorte os do Poder Executivo da esfera estadual e distrital. (Lakatos; Marconi, 2017, p. 317; Silva; Menezes, 2005, p. 20)

Em relação aos procedimentos técnicos adotados foram pesquisa bibliográfica em bases de dados da área de Ciência da Informação e Arquivologia por fontes de acesso aberto e *online* acerca dos assuntos relevantes à temática da pesquisa; e pesquisa documental nos portais institucionais dos arquivos públicos e governos estaduais e distrital por planejamentos estratégicos governamentais referentes ao período de 2020-2023 disponíveis.

Para organização e análise dos dados coletados, utilizou-se uma abordagem do tipo qualitativa, seguindo o método fenomenológico de Bardin, o qual “se preocupa com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado” (Bardin, 2016; Silva; Menezes, 2005, p. 27).

2 INFORMAÇÃO E A DIVERSIDADE CULTURAL NA AGENDA 2030

Os efeitos negativos do crescimento econômico sob o meio ambiente e a relação disso como condição para o desenvolvimento, bem como o contexto de reconstrução das áreas devastadas da Europa no pós-guerra fizeram com que as ideias de desenvolvimento sustentável se afirmassem a partir da segunda metade do século XX, de acordo com Barbieri (2020).

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, publicada em 2002 pela UNESCO, tornou relevante a relação da diversidade cultural com o desenvolvimento sustentável por manifestar a pluralidade de identidades existente na humanidade e a necessidade de proteção das identidades culturais, sobretudo do papel fundamental do direito do acesso à informação para reforçar essa relação em seu art. 10 “[..] fomentar o acesso gratuito e universal, por meio das redes mundiais, a todas as informações pertencentes ao domínio público” (UNESCO, 2002b, p. 6).

Durante o processo intergovernamental de consulta pública que resultou na adoção de novas temáticas como problemas globais na Agenda 2030, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) junto à UNESCO e várias entidades da área de informação e comunicação discutiram sobre as desigualdades informacionais e o empoderamento da sociedade com o direito garantido de acesso à informação chegando ao seguinte consenso na Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento:

[...] acreditamos que o aumento do acesso à informação e ao conhecimento em toda a sociedade, amparada pela disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação (TICs), apoia o desenvolvimento sustentável e melhora a qualidade de vida das pessoas. [...] Intermediários da informação, como bibliotecas, arquivos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e os meios de comunicação têm as habilidades e recursos para ajudar os governos, instituições e indivíduos a comunicar, organizar, estruturar e compreender os dados que são fundamentais para o desenvolvimento (IFLA, 2014, p. 1-2).

O resultado desse manifesto foi o alcance da abordagem das questões informacionais e o desenvolvimento de políticas em defesa dos direitos, como meta 10 do ODS 16:

assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais, para o alcance dos ODS, devido à natureza interdependente e

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

interligada dos ODS, a fim de garantir o equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social e não deixar ninguém para trás (ONU BRASIL, 2015, p. 36).

Do mesmo modo, o reconhecimento da valorização da cultura e da diversidade cultural para o desenvolvimento sustentável tomou forças relacionando-as como elementos essenciais à garantia de qualidade da educação e estilo de vida na meta 7 do ODS 4 – Educação de Qualidade:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU BRASIL, 2015, p. 33).

Complementado pelo ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis na meta 4: “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”, a fim de ressaltar a proteção e preservação do patrimônio documental arquivístico para garantia dos direitos à informação, memória e de mais difusos para construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades (ONU BRASIL, 2015, p. 37).

No contexto do Ano Iberoamericano dos Arquivos para a Transparência e Memória, em 2019, os arquivos públicos e privados integrantes desta cooperação, na Declaração de Madrid, sinalizaram que na implementação da Agenda 2030:

Os Arquivos públicos, ao gerar condições que permitam aos cidadãos acessarem os documentos administrativos, diplomáticos, técnicos e jurídicos produzidos pelas Administrações Públicas, de acordo com a legislação vigente em cada país, garantam o efetivo cumprimento do direito de acesso à informação, assim como o controle dos cidadãos sobre as atuações dos poderes públicos. Os arquivos permitem uma efetiva prestação de contas e asseguram a participação na tomada de decisões, promovendo uma gestão pública eficiente, responsável e transparente (ALA, 2019, p. 3).

Isto evidencia a importância do envolvimento das bibliotecas, arquivos e demais unidades de informação para promover a gestão dos documentos, informação e compreensão dos dados públicos relativos ao desenvolvimento sustentável, bem como apoio operacional pela cultura e diversidade cultural como pilar, que se conecta com as dimensões ambiental,

econômica e social para garantia de meios de subsistência, comportamentos e rituais de geração em geração.

3 RESULTADOS DA SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS

A UNESCO e a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) defendem a cultura e a diversidade cultural como vetor do desenvolvimento sustentável e tal perspectiva é fator determinante para definição dos arquivos públicos brasileiros, sobretudo os vinculados às secretarias de cultura e de educação, como apoio operacional para consolidação do direito à cultura, a execução das políticas públicas e indicadores culturais, e o estabelecimento e fortalecimento de sistemas e rede de arquivos para o desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2002b; SEGIB, 2017)

Assim infere-se que a participação dos arquivos públicos brasileiros da esfera estadual e do Distrito Federal no Programa MoW da UNESCO e Iberarquivos da SEGIB é uma forma de contribuir à sustentabilidade, reconhecendo a relevância regional, nacional e global desses acervos para humanidade, além de garantir os direitos de acesso à informação, à cultura e à memória a longo prazo das gerações de agora e futuras, enaltecer as identidades locais, bem como mitigar e reduzir as desigualdades informacionais e culturais, propósitos contemplados dos ODS 10 - Redução das desigualdades e 11 - Cidades e comunidades sustentáveis nas metas 10.2 e 11.4.

Para cumprir o objetivo de evidenciar ações sustentáveis no cenário arquivístico brasileiro acerca dos ODS e da sustentabilidade informacional, descreve a seguir cada região brasileira o que já avançou em relação a essa temática, bem como a Figura 1 apresenta-se os ODS.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: Adaptado da ONU (2015).

3.1 Região Norte

As ações sustentáveis direcionadas aos arquivos públicos da Região Norte, em relação a sustentabilidade informacional e aos ODS são apresentadas em prosseguimento.

3.1.1 Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre (DAP)

Alinhada à gestão verde e focada na inclusão social do governo do Acre para manutenção e consolidação do modelo de desenvolvimento sustentável, a DAP contribui com ações de gestão de documentos no âmbito estadual para o alcance efetivo das políticas públicas, a transparência, a universalização e a democratização do acesso aos serviços públicos referente aos ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura (metas 9.1, 9.c) e o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes (metas- 16.6 e 16.10); economia de energia e redução de CO₂ (ODS 7 - Energia acessível e limpa), eliminação de copos descartáveis (ODS 12 - Consumo e produção responsáveis), uso racional da água (ODS 6 - Água potável e saneamento), melhoria da saúde dos servidores (ODS 3 - Saúde e bem-estar a todos), e inclusão social e reciclagem (ODS 11).

3.1.2 O Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM)

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM) contribui: ao ODS 9 (metas 9.1, 9.4 e 9.c) com ações de digitalização de processos e protocolo, revitalização predial e modernização por uma infraestrutura sustentável; aos ODS 8 - Emprego digno e crescimento econômico e 17 - Parcerias e Meios de implementação (metas 8.3 e 17.16) promovendo cooperação técnica com o Arquivo Público do Pará para o fortalecimento institucional; ao ODS 11 (meta 11.4) com reacondicionamento para preservação do patrimônio documental; e ao ODS 16 (metas 16.6 e 16.10) ao realizar e publicar diagnóstico do Sistema de Arquivos para transparência e eficiência institucional.

3.1.3 Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O APEP contribui ao ODS 16 (meta 16.6), por meio de eventos culturais que fortalecem instituições públicas; ao ODS 9 (metas 9.1 e 9.C) investindo em infraestrutura e tecnologia; e aos ODS 10 e 11 (metas 10.2 e 11.4) para a valorização da cultura e diversidade cultural, inclusão social e redução de desigualdades no estado do Pará.

3.2 Região Nordeste

As ações sustentáveis direcionadas aos arquivos públicos da Região Nordeste, em relação a sustentabilidade informacional e aos ODS são apresentadas a seguir.

3.2.1 Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

O APEB amplia as condições de desenvolvimento sustentável da Bahia atendendo ao ODS 4 (metas 4.4 e 4.7) promovendo a capacitação de servidores e demais colaboradores em métodos arquivísticos e facilitando pesquisas acadêmicas e culturais; ODS 8 e 11 (metas 8.3 e 11.4) prestando assistência técnica a arquivos municipais e comunitários para preservação da memória regional e recuperação de espaços físicos que abrigam acervos; ODS 9 (metas 9.1 e 9.c) modernizando a estrutura dos prédios para aumentar a capacidade de preservação e melhor conservação dos documentos e investindo em repositório arquivístico digital e sistemas informatizados de gestão de documentos, tecnologias que facilitam o acesso e garante a participação e o controle social; ODS 10 (meta 10.2) garantindo que comunidades periféricas tenham acesso a acervos públicos; ODS 16 (metas 16.6 e 16.10) estabelecendo normas e procedimentos para gestão de documentos físicos e digitais, acompanhando descartes de documentos conforme tais critérios legais e desenvolvendo melhorias da gestão

documental em nível municipal e promovendo a transparência ativa das ações governamentais, por meio da gestão de documentos; e ODS 17 (metas 17.9 e 17.16) realizando cooperação técnica em torno da gestão e preservação documental nos municípios e mobilização de órgãos públicos para a gestão documental e articulação com Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADS).

3.2.2. Arquivo Público Estadual do Ceará (APEC)

O APEC contribui para um desenvolvimento sustentável baseado na memória, educação e instituições eficientes, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico do Estado na área cultural e à consolidação da economia da cultura, a partir das seguintes ações: promoção de educação patrimonial e pesquisas acadêmicas e culturais para conscientização sobre a importância da memória associadas aos ODS 4 (meta 4.7); revisão da legislação que institui o Sistema de Arquivos e Documentação e regularização de pagamento de despesas de pessoal e manutenção de equipes - Sustentabilidade institucional ao ODS 8 e 16 (meta 8.5, 16.6 e 16.10); implementação da política de salvaguarda do patrimônio cultural cearense e manutenção das ações do Arquivo Público do Ceará ao ODS 11 e 16 (metas 11.4 e 16.10); e articulação com instituições de pesquisa e educação para projetos culturais para fortalecimento da cooperação multissetorial ao ODS 17 (meta 17.16).

3.2.3 Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

O APEM contribui ao desenvolvimento sustentável e à diversidade cultural com programas de geração de emprego e renda vinculados à cultura e investimento no desenvolvimento de capacidades técnicas internas e externas com cursos em gestão e preservação documental referente aos ODS 4 e 8 (metas 4.4, 4.7, 8.3 e 8.5); fortalecimento de equipamentos culturais como espaços de economia criativa para redução da desigualdade ao ODS 10 (meta 10.2); dinamização e modernização através de projetos de preservação e digitalização de acervos, gestão de risco para salvaguarda e abertura para visitação e pesquisa, obedecendo requisitos de acessibilidade para inclusão social aos ODS 9 e 11 (metas 9.1, 9.c, 11.4 e 11.7); e implantação de sistemas de arquivos ao ODS 16 (metas 16.6, 16.10).

3.2.4 Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE) de Pernambuco

O APEJE contribui com ações associadas aos ODS 9 e 11 (metas 9.4, 9.c e 11.4) como a valorização e preservação do patrimônio documental e modernização de infraestrutura para conservação de acervos; aos ODS 4 e 10 (metas 4.4 e 10.2) via educação patrimonial para

inclusão social no combate ao preconceito e assegurar a qualidade e a não discriminação aos afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas, bem como o respeito às suas culturas e histórias; e ao ODS 16 (metas 16.7 e 16.10) com a implantação de uma política estadual de arquivos e preservação, visando a proteção do patrimônio documental e cultural, participação social e o acesso democrático.

3.2.5 Arquivo Público do Estado do Piauí (APPI)

Verificou-se que o APPI contribui com a modernização da organização do acervo e adequações das instalações físicas, a preservação e divulgação do patrimônio documental e um projeto de dinamização, ações estas associadas aos ODS 9 e 11 (metas 9.1, 9.c, 11.4 e 11.7).

3.3 Região Centro-Oeste

As ações sustentáveis direcionadas aos arquivos públicos da Região Centro-Oeste, em relação a sustentabilidade informacional e aos ODS são apresentadas a seguir.

3.3.1 Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

Destaca-se o reconhecimento do papel social do ArPDF, pelo governo estadual do Distrito Federal, ao corroborar para o controle social e interiorização das ações governamentais no âmbito estadual, a partir do aprimoramento da governança com o Sistema de Arquivos do Distrito Federal (SIARDF), das ações de gestão de documentos e promoção do acesso democrático à informação pública referentes ao ODS 16 (metas 16.6, 16.7 e 16.10); e conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão ao ODS 11 (meta 11.4).

3.3.2 Arquivo Histórico Estadual de Goiás (AHEGO)

As contribuições do AHEGO para ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável contemplam ações associadas aos ODS 9 e 11 (metas 9.1, 9.c, 11.4 e 11.7) como construção, reforma e ampliação de prédios para armazenamento de acervos arquivísticos permanentes nos municípios com infraestrutura sustentável, espaços inclusivos e adequação de acessibilidade, além da digitalização e informatização de acervos; e aos ODS 4 e 8 (metas 4.4, 4.7 e 8.3) com a criação de cursos superiores e técnicos de

arquivologia, nas universidades públicas e privadas, e promover capacitação técnica de avaliação, gestão, classificação, descrição e conservação de documentos.

3.3.3 Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT)

Para o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental, a inclusão e proteção social no Mato Grosso, o APMT contribui com as seguintes ações: Preservação e difusão da memória institucional e implementação da política de gestão de documentos do Poder executivo estadual e do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos e Preservação da Informação, visando a transparência das ações governamentais associadas aos ODS 9, 11 e 16 (metas 9.c, 11.4, 16.6 e 16.10).

3.3.4 Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS)

O APEMS contribui para a gestão sustentável de todos os órgãos do governo estadual, ou seja, um modelo de gestão participativa, desburocratizada, moderna, transparente e com foco em resultados, fomentando a apropriação dos instrumentos de pesquisa, difusão das manifestações culturais populares e democratização cultural e tecnológica com a criação de centros integrados da memória e instalação de acervos em instituições de ensino, pesquisa, equipamentos culturais e comunitários para o alcance do ODS 4 (metas 4.4 e 4.7); aprimorando a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão dos acervos culturais e implementando uma política estadual de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação e restauro dos documentos custodiados em arquivos aos ODS 9, 11 e 16 (metas 9.c, 11.4 e 16.10).

3.4 Região Sudeste

As ações sustentáveis direcionadas aos arquivos públicos da Região Sudeste, em relação a sustentabilidade informacional e aos ODS são apresentadas a seguir.

3.4.1 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)

O APEES juntamente aos arquivos públicos municipais contribuem à sustentabilidade socioambiental e cultural, participando do Plano cultural para a valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável alinhado à perspectiva da UNESCO e da SEGIB referente ao ODS 11 (meta 11.4); estabelecendo redes de arquivos para promover suas atividades e tornar seus conteúdos acessíveis à população, realizando parcerias com os setores público e privado para a criação e a manutenção e informatização dos arquivos municipais com quadro

de pessoal qualificado, orçamento próprio; implantação de uma política integrada de gestão arquivística abrangendo políticas públicas de aquisição, gestão, preservação, conservação, restauração, digitalização, difusão de acervos, por meio de programas de gestão e preservação de documentos públicos contemplados pelos ODS 4, 8, 9, 11, 16 e 17 (metas 4.4, 4.7, 8.5, 9.c, 11.4, 16.6, 16.10, 17.16 e 17.18).

3.4.2 Arquivo Público Mineiro (APM)

Seguindo a estrutura administrativa, o APM contribui para a informação e cultura como vetor do desenvolvimento sustentável em Minas Gerais, realizando exposições itinerantes do acervo arquivístico, estimulando a pesquisa e o acesso ao patrimônio documental do estado, reformas e modernização da edificação, possibilitando uma infraestrutura acessível adequada às demandas sociais e dos acervos associadas aos ODS 4, 9 e 11 (metas 4.4, 4.7, 9.1, 9.4, 9.c e 11.4); prestando assessorias técnicas para gestão de arquivos quanto a procedimentos básicos relacionados à gestão, tratamento e salvaguarda de acervos, e criação, manutenção e dinamização de arquivos públicos ao ODS 8 (meta 8.3); e otimizando a gestão de documentos para transparência do estado de Minas Gerais referente ao ODS 16 (metas 16.6 e 16.10).

3.4.3 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

A sustentabilidade informacional e cultural prestada pelo APERJ se dá a partir de iniciativas como modernização e aparelhamento do Arquivo Público contemplando ações de preservação, acessibilidade e mitigação de riscos contempladas nos ODS 9 e 11 (metas 9.1, 9.4, 9.c e 11.4); fomentando a gestão de documentos, preservação da memória para transparência do estado do Rio de Janeiro e acesso à Informação a populações vulneráveis nos ODS 10 e 16 (metas 10.2, 16.6 e 16.10); e investindo na capacitação em gestão de documentos e protocolo para a formação e valorização do servidor referente ao ODS 8 (meta 8.3 e 8.5).

3.4.3 Arquivo do Estado de São Paulo (APESP)

O APEPSP corrobora com os ODS 11 e 17 (metas 11.4 e 17.16) na prevenção de perdas irreparáveis e degradação dos documentos com gerenciamento de riscos, estabelecendo um plano de ação contra pragas, vistoria para detecção de não conformidades, de acordo com o risco envolvido, planejamento e implementação de higienização segura de documentos contaminados por agentes químicos, em parceria com órgãos parceiros do governo estadual;

e com os ODS 4, 9 e 16 (metas 4.7, 9.1, 9.c, 16.6 e 16.10) implementando a política estadual de arquivos, definindo normas e requisitos para soluções tecnológicas de gestão documental, preservação e difusão do patrimônio documental, e promovendo o acesso à informação ao cidadão para transparência ativa, pesquisas, democratização do acesso e valorização da cultura e diversidade.

3.5 Região Sul

As ações sustentáveis direcionadas aos arquivos públicos da Região Sul, em relação a sustentabilidade informacional e aos ODS são apresentadas em prosseguimento.

3.5.1 Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (APPR)

O APPR tem por finalidade a construção de um governo estadual sustentável, corroborando com a consolidação de uma cultura de ética, integridade, transparência, cidadania e gestão eficiente do estado do Paraná, no qual se reconhece a gestão de arquivos e documentos públicos com destaque para implantação e manutenção do Programa de Gestão de Documentos (PGD) em parceria nos órgãos do Poder Executivo estadual para uma gestão eficiente, ágil e menos burocrática referentes aos ODS 9, 16 e 17 (metas 9.c, 16.6, 16.10, 17.16); e capacitar e instituir Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAs) em todos os Órgãos do Poder Executivo estadual aos ODS 4 e 16 (metas 4.4 e 16.6).

3.5.2 Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

O APESC contribui com a sustentabilidade do governo do estado de Santa Catarina, a partir de uma nova sede do Arquivo Público com infraestrutura adequada para preservação, digitalização e restauração do patrimônio histórico documental para difusão e acesso informatizado contempladas nos ODS 9 e 11 (metas 9.1, 9.4, 9.c e 11.4); e ações educativas para alunos da educação básica e ensino superior, ampliando a oferta de estágio de pós-graduandos no Arquivo Público referente ao ODS 4 (metas 4.4, 4.7).

3.5.3 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

O APERS corrobora para um estado eficiente, transparente e sustentável a medida que consolida a gestão documental no Poder Executivo Estadual, criando estratégias e procedimentos para padronização e eficiência na gestão documental com a implantação e prestação de orientações técnicas aos órgãos do Poder Executivo Estadual, quanto à utilização do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ-RS) associadas aos ODS 4 e 16

(metas 4.4, 16.6, 16.10); e valorização da cultura regional e democratização do acesso com a preservação do patrimônio documental e identidade cultural ao ODS 11 (meta 11.4).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar as ações e práticas dos arquivos públicos brasileiros sobre a sustentabilidade informacional na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, a partir do levantamento bibliográfico e documental realizado, percebe-se que as iniciativas tomadas pelos arquivos públicos promovem sustentabilidade informacional, conforme Geraldo e Pinto (2021) definem e seus impactos são melhorias significativas na relação entre o meio ambiente, um governo mais transparente e uma sociedade mais inclusiva e empoderada culturalmente.

Salienta-se que na região Norte, os estados de Roraima e Tocantins sequer apresentavam proposta de criação de um arquivo público; o Núcleo de Arquivo Oficial do Estado de Rondônia (NAOR) e o Arquivo Público do Estado do Amapá (APEA) não tinham nenhuma ação associada a nenhum dos 17 ODS da Agenda 2030, nem consideraram ações de gestão e preservação de documentos e políticas culturais para salvaguarda do patrimônio documental. No Nordeste, os arquivos públicos dos estados de Alagoas (APA), da Paraíba (APEPB), do Rio Grande do Norte (APERN) e o de Sergipe (APES) encontram as mesmas condições.

Os arquivos que mais possuem ações voltadas ao Desenvolvimento Sustentável e promovem a sustentabilidade informacional são o DAP, APEB, APEC, APEM, APEES, APM, APPR e APERS e quanto aos ODS mais constantes nas ações foram ODS 4 – Educação de qualidade, 8 - Emprego digno e Crescimento econômico, 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 – Redução das desigualdades, 11 – Cidades e Comunidades sustentáveis, 16 – Paz, Justiça e Instituições fortes e 17 – Parcerias e Meios de implementação.

O direcionamento dessas iniciativas por parte dos governos estaduais revela um alinhamento implícito com os ODS, mesmo que divergentes, e a ausência de menção explícita aos ODS nos portais e documentos institucionais dos arquivos públicos não invalida a congruência, todavia torna evidente a falta de conhecimento sustentável da comunidade arquivística e do respectivo potencial de sua sustentabilidade informacional.

Sugere-se, então, a adoção de uma metodologia de monitoramento com indicadores transversal e específico dos compromissos com os ODS para maior visibilidade internacional

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

do impacto da sustentabilidade informacional promovida e necessidade de engajamento dos arquivos no processo de implementação da Agenda 2030, enquanto representantes do setor público responsáveis pela gestão, recolhimento, preservação e acesso à informação e equipamentos culturais, sobretudo dos que não são associados ao alcance dos ODS, na governança do desenvolvimento sustentável.

Compreende-se nesse contexto, os arquivos como ferramentas de desenvolvimento sustentável e os documentos como agentes ativos que integram cultura, educação, governança e participação social, corroboram para uma gestão pública eficiente das políticas públicas voltadas aos direitos de acesso à informação, memória e diversidade cultural, e por consequência aos demais direitos difusos servindo como combustível para um futuro transparente, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ARQUIVOS (ALA). **Declaração de Madrid**, 2019.

Disponível em:

https://www.gov.br/arquivonacional/ptbr/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/declaracao-de-madrid. Acesso em: 07 abr. 2025.

BARBIERI, José C. **Desenvolvimento Sustentável**: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Vozes, 2020. ISBN 978-85-326-6309-2.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN 972-44-0898-1.

DECLARAÇÃO Universal sobre a Diversidade Cultural. 2002b. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160?posInSet=1&queryId=929329b8-126a-40fd-9eba-cbb0795f35c0> . Acesso em: 18 abr. 2025.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli D. D. S. Aspectos epistemológicos da Ciência da Informação e a construção conceitual da Sustentabilidade Informacional. *In*: BARBALHO, Célia R. S. **Sustentabilidade Informacional em Ecossistemas de Conhecimentos**. Manaus: Edua, 2021. p. 229 Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5856>. Acesso em: 30 abr. 2025

INFORMATION for All Programme (IFAP): consolidating information and knowledge societies; empowering peoples and nations. 2017. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259991>. Acesso em: 18 abr. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA).

Declaration de Lyon, 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/> . Acesso em: 09 maio 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina D. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2017. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/v0ce1c>. Acesso em: 11 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU BRASIL). **Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento – Rio 92**. Declaração do Rio de Janeiro, São Paulo, p. 153-159, ago. 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU BRASIL). **Relatório Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Programa Memória do Mundo**. Elaborada por Ray Edmondson e traduzida por Maria Elisa Bustamante. Divisão da Sociedade da Informação. Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental, 2002a. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SANTOS, Luana Lobo dos. **Arquivos públicos brasileiros e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas**: proposta de incorporação dos objetivos de desenvolvimento sustentável. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/244012>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SECRETARIA GERAL IBEROAMERICANA (SEGIB). **Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-americanos (ADAI) – IBERARCHIVOS**. 2017. Disponível em: <https://www.segib.org/pt-br/programa/Iberarchivosprograma-adai-programas-de-apoio-ao-desenvolvimento-dos-arquivos-ibero-americanos/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SILVA, Edna L. D.; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 11 mai. 2025.